

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Governo avalia medida que pode encarecer conta de luz](#) 6

O Estado de S. Paulo

[Título: Pré-sal pode render R\\$ 600 bi à União](#) 9

[Título: Conta de luz deve ficar mais cara com térmicas](#) 10

Folha de S. Paulo

[Título: Governo eleva para R\\$ 600 bi previsão de arrecadação com leilões de pré-sal](#) 14

[Título: Governo analisa usar térmicas mais caras para enfrentar crise energética](#) 15

Valor Econômico

[Título: Produção nas áreas do pré-sal deverá render à União R\\$ 600 bi em 30 anos](#) 17

[Título: Governo estuda acionar termelétricas mais caras](#) 19

[Título: A superreforma do ministério](#) 21

[Título: PPSA quer licitar contratos de partilha em produção](#) 30

[Título: Agenda](#) 32

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	3
Título: Reforço de R\$ 30 bilhões	3
Título: ‘Privatização não substitui ajuste fiscal’	5
Título: Governo avalia medida que pode encarecer conta de luz	6
Título: MP questiona nomeação de presidente da Nuclep.....	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	9
Título: Pré-sal pode render R\$ 600 bi à União	9
Título: Conta de luz deve ficar mais cara com térmicas.....	10
Título: Notas	11
Título: Direto da Fonte	13
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	13
Título: Contratos de iluminação no Brasil renderão R\$ 9,2 bilhões.....	13
Título: Governo eleva para R\$ 600 bi previsão de arrecadação com leilões de pré-sal	14
Título: Governo analisa usar térmicas mais caras para enfrentar crise energética	15
Título: Governo amplia em R\$ 14,5 bilhões receitas previstas em 2018.....	16
VEÍCULO: Valor Econômico	17
Título: Produção nas áreas do pré-sal deverá render à União R\$ 600 bi em 30 anos	17
Título: Governo estuda acionar termelétricas mais caras	19
Título: Aneel analisa novo socorro de R\$ 1 bi a distribuidoras.....	20
Título: A superreforma do ministério.....	21
Título: LyondellBasell fala em aquisição e reacende interesse pela Braskem	23
Título: Destaques	25
Título: CSN Mineração teve premissas superavaliadas.....	26
Título: Atraso no balanço da CSN serve de mote para Amec debater o assunto	28
Título: PPSA quer licitar contratos de partilha em produção	30
Título: Etanol ganha competitividade	31
Título: Agenda	32

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Bruno Rosa e Geralda Doca****Título: Reforço de R\$ 30 bilhões**

Enfraquecido politicamente, governo acelera concessões em 2018 para elevar arrecadação.

Fragilizado politicamente no Congresso e a pouco mais de um ano do fim do mandato, o governo vai concentrar esforços na agenda de infraestrutura para elevar a arrecadação e atrair novos investimentos. Para a empreitada, técnicos que trabalham com a carteira do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) reelegeram os projetos prioritários para assegurar pelo menos R\$ 30 bilhões de receitas em 2018. O carro-chefe é a privatização da Eletrobras, mas cresceram as apostas nos leilões de óleo e gás, sobretudo com a possibilidade do fim do regime de partilha (no qual a União é dona do petróleo). Também ganhou relevância a prorrogação de concessões de ferrovias existentes, além do leilão de um trecho da Norte-Sul. O governo manteve na lista de prioridades as concessões das rodovias de Integração do Sul e das BR-364 e BR-365, em Minas Gerais. Também está decidido a licitar, em 2018, a Nova Dutra. Neste caso, vai abandonar o sistema de Proposta de Manifestação de Interesse (PMI), em que os interessados fazem os estudos iniciais do leilão.

O governo está finalizando a contratação do Banco Mundial para este propósito. Além da menor tarifa de pedágio, será avaliado como critério para definir o vencedor a maior outorga para a União. A ideia é iniciar uma fase de transição para que o vencedor assuma a via em 2021, quando termina o contrato atual. Muitas concessões devem ficar para o próximo governo. Perderam prioridade na carteira de projetos os aeroportos, com a retirada de Congonhas da lista e o adiamento do leilão de 13 terminais, que só deve ocorrer em 2019. A licitação da Ferrovia Ferrogrão (entre Sinop, no Mato Grosso, e Itaituba, no Pará), cujos estudos entraram em consulta pública ontem, também não deve se concretizar, diante do risco do negócio e do investimento pesado (de R\$ 12 bilhões). A relicitação de Viracopos (Campinas) e da BR-040 (entre Brasília e Juiz de Fora), devolvidas à União, ficarão para o próximo governo.

LOTEAMENTO PODE AFETAR VENDA DA ELETROBRAS

Segundo um técnico a par das discussões, as eleições em 2018 vão exigir a antecipação da agenda de infraestrutura para o primeiro semestre. Segundo dados do PPI, em 15 meses de existência do programa, dos 145 projetos anunciados para privatização e concessão, 54 foram concluídos (37% da carteira total). O governo conseguiu levantar R\$ 29 bilhões com infraestrutura no

período. No total, foram previstos R\$ 137 bilhões em investimentos ao longo dos anos, mas boa parte deles está em fase de maturação, e existem ativos que ainda não foram leiloados. A previsão para 2018 significa, na prática, levantar R\$ 30 bilhões em seis meses. A concentração da agenda para o período de janeiro a junho vale, principalmente, para os ativos do setor de óleo e gás. Para isso, haverá uma reunião extraordinária do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), em novembro, para definir quais áreas serão leiloadas.

Se o certame ficar para o fim do ano será o caos, porque as equipes estarão no governo de transição, explicou uma fonte. No caso de óleo e gás, estão previstas três rodadas: 5ª de campos marginais (terrestres); 15ª no regime de concessão e 4ª rodada do pré-sal. Neste caso, o governo afirma que a arrecadação da União poderá dar um salto com o fim do regime de partilha. Os valores serão estimados depois que forem definidas quais áreas serão leiloadas. Nos leilões realizados na última sexta-feira, por exemplo, quando o governo arrecadou R\$ 6,15 bilhões em bônus, analistas estimavam que o montante poderia ter chegado a R\$ 40 bilhões caso os certames tivessem sido realizados no modelo de concessão. A receita futura oferecida à União pelas empresas, porém, ficou acima das expectativas do governo. Também será preciso dar celeridade ao processo de privatização da Eletrobras e o primeiro passo é obter a aprovação do Congresso, o mais rápido possível, para que o BNDES possa iniciar a contratação dos estudos este ano.

Ainda assim, como é preciso estruturar uma grande operação de mercado, a expectativa é que a operação só seja concretizada no segundo semestre de 2018. Outro foco de apreensão por causa da mudança de governo diz respeito à prorrogação das concessões de ferrovias existentes em troca de investimentos. A previsão é que a primeira renovação seja da ALL Malha Paulista S.A, prevista para abril. Também estão na fila as concessionárias MRS (Minas Gerais, Rio e São Paulo), FCA (Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Rio) e Vale (entre Vitória e Minas Gerais). A previsão é que as concessionárias invistam R\$ 25 bilhões em cinco anos. A maior parte dos recursos para o próximo ano deverá vir da privatização da Eletrobras (R\$ 20 bilhões). O valor exato será conhecido após a conclusão dos estudos. As áreas envolvidas já elaboraram a minuta de medida provisória com a modelagem, a ser enviada ao Congresso nos próximos dias. Antes da oferta de ações, o governo terá de leiloar seis distribuidoras da estatal (no Norte e Nordeste).

Na avaliação dos técnicos, o Executivo enfrentará resistências no Congresso para privatizar a Eletrobras, porque as subsidiárias da estatal Chesf, Eletronorte e Furnas foram loteadas por indicações políticas. O lobby pesado de políticos mineiros contrários ao leilão das usinas da Cemig foi uma amostra da dificuldades que o governo vai enfrentar, destacou uma fonte. O PPI foi criado pelo governo de Michel Temer para se contrapor ao Programa de Aceleração do

Crescimento (PAC), bandeira da gestão petista. Os leilões de aeroportos (Brasília, Viracopos, Guarulhos, Galeão e Confins) ajudaram o governo anterior a obter receitas. Com a crise na economia e envolvimento das construtoras na Lava-Jato, os concessionários não conseguiram pagar as outorgas, que foram reprogramadas. No setor de petróleo, houve mudanças na legislação. No caso do pré-sal, o único leilão foi o de Libra, em 2013.

AO LONGO DE 30 ANOS - PRÉ-SAL DEVE RENDER R\$ 600 BILHÕES

Os dois leilões do pré-sal, realizados na última sexta-feira, vão gerar uma arrecadação de cerca de R\$ 600 bilhões por 30 anos ao governo federal. A avaliação foi feita ontem por Décio Oddone, diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), durante evento na Fundação Getulio Vargas (FGV). Os recursos só vão entrar no caixa da União assim que os campos comecem a produzir petróleo, o que deve ocorrer entre sete e oito anos. A estimativa feita por Oddone é R\$ 200 bilhões maior que a previsão anterior, que somava R\$ 400 bilhões. Ele explicou que o número precisou ser refeito após as empresas terem oferecido uma percentagem de óleo-lucro pelas áreas ofertadas no certame maior que o esperado. Como o leilão foi feito sob o regime de partilha, ganharam as empresas que ofereceram o maior óleo-lucro, ou seja, a parcela em óleo do ganho obtido com a exploração de petróleo já descontados os custos com produção e investimento.

O percentual de óleo-lucro oferecido no leilão chegou a 80%. — A gente falava em R\$ 400 bilhões em 30 anos, nominal. Isso leva em conta toda a arrecadação, como royalties, óleo-lucro, impostos, tributos e Imposto de Renda. Mas com as alíquotas ofertadas no leilão e usando as mesmas premissas, o resultado é R\$ 200 bilhões a mais — disse Oddone, destacando que a forma como os recursos serão usados é uma “decisão política”. Mas, como foi feito em regime de partilha, a arrecadação com o bônus fixo ficou em R\$ 6,15 bilhões, abaixo da expectativa do governo, de R\$ 7,75 bilhões. Isso ocorreu porque duas das oito áreas não foram arrematadas. — Teve gente dizendo que o leilão não tinha arrecadado o previsto porque só se olhou para o bônus de assinatura. Mas a arrecadação total mostra que será avassaladoramente superior — afirmou. (

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: ‘Privatização não substitui ajuste fiscal’

Corpo a corpo - MARTIN RAISER

Para diretor do Banco Mundial no Brasil, objetivo da concessão deve ser aumento da qualidade e da eficiência, o que exige negociação cuidadosa

O diretor do Banco Mundial no Brasil, Martin Raiser, avalia que o programa de privatizações do governo federal não poderá substituir o ajuste fiscal. Ele afirma que diversas estatais são mal geridas, mas o governo não pode ter pressa nos preparativos para as concessões.

Como avalia o pacote de privatizações?

De maneira geral, vejo de forma positiva. Em primeiro lugar, o Brasil é um destino potencial muito atraente para os investidores internacionais. O Brasil tem a oportunidade de atrair capital, em particular para o setor de infraestrutura, num momento em que o governo tem poucos recursos para investir. Em segundo lugar, há ampla evidência de que muitas empresas estatais são mal geridas. Investidores estratégicos poderiam fazer muito para melhorar a gestão dos ativos de infraestrutura e, com isso, aumentar a competitividade da economia como um todo.

É possível gerenciar a privatização de vários projetos ao mesmo tempo, com muitos deles sendo licitados em ano de eleição?

As licitações para concessões precisam ser muito bem preparadas. Se, na fase de preparação, o governo não abordar adequadamente os principais riscos, pode ter de assumir responsabilidades no futuro. É importante ver as privatizações como um caminho para se atingir maior eficiência. Isso exige negociação cuidadosa dos termos contratuais. E, ainda que o interesse internacional seja elevado, alguns investidores podem decidir esperar pelos resultados das eleições de 2018 antes de realizarem investimentos.

Parte das privatizações foi pensada como forma de fechar as contas públicas. Ter a arrecadação como meta é um bom caminho?

A experiência internacional sugere que o objetivo principal da privatização deve ser obter melhor gerenciamento de qualidade e maior eficiência, ao mesmo tempo em que transfere riscos que o setor privado tem condições de gerenciar melhor. O aumento das receitas nunca deve ser um objetivo primário. Sejam claros: privatização não substitui ajuste fiscal

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Danielle Nogueira

Título: Governo avalia medida que pode encarecer conta de luz

Termelétricas a óleo, mais caras, devem ser acionadas para poupar água de hidrelétricas

O **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, disse ontem que o governo avalia acionar usinas termelétricas sem respeitar a ordem de menor custo da energia. Assim, preserva-se o nível dos reservatórios das hidrelétricas, que estão muito baixos. O efeito dessa medida para os consumidores, segundo especialistas, será um provável aumento na conta de luz em 2018, já que a energia termelétrica, além de mais poluente, é mais cara. Atualmente, o Operador Nacional do Sistema (ONS) aciona as termelétricas baseando-se na chamada ordem do mérito. Nesta, privilegia-se a energia gerada pelo menor custo. Como a energia das hidrelétricas é mais barata, as termelétricas só são acionadas quando o nível dos reservatórios está baixo.

— Está sendo cogitado. Já estamos alertando há algum tempo sobre a situação. Não há risco severo de desabastecimento. Mas vai ter, como já está tendo, impacto nas tarifas — disse Coelho Filho em evento da FGV, no Rio. Segundo João Carlos Mello, presidente da consultoria Thymos, existem cerca de dois mil megawatts (MW) de termelétricas cujo custo fica entre R\$ 850 e R\$ 1.200 o megawatt-hora. Essas usinas, que são movidas a óleo combustível ou óleo diesel, representam 4% da potência instalada (capacidade de geração) das termelétricas. Por isso, Mello avalia que haverá algum reajuste na conta de luz em 2018 devido a seu uso.

PRECAUÇÃO PARA PERÍODO SECO

O governo já vem acionando as termelétricas a gás. Em razão disso, o consumidor já arca com uma cota extra na conta de luz, a bandeira vermelha nível 2. Em novembro, esta bandeira foi reajustada de R\$ 3,50 para R\$ 5 por cem quilowatts-hora consumidos. O ajuste no valor foi necessário porque a arrecadação com a tarifa não vinha sendo suficiente para cobrir os custos das distribuidoras. Para Nivalde de Castro, da UFRJ, o acionamento das termelétricas mais caras será preciso para que a água dos reservatórios seja poupada e, assim, as hidrelétricas possam atravessar o período seco, que começa em maio de 2018, com reservatórios a níveis sustentáveis. — É uma medida de precaução — afirmou.

VEÍCULO: O Globo

Seção: País

Autor: Miguel Caballero

Título: MP questiona nomeação de presidente da Nuclep

Comissão da empresa diz que indicado contraria Lei das Estatais

A indicação do presidente e de um diretor da Nuclep, estatal sediada em Itaguaí envolvida na construção do submarino nuclear brasileiro, está sendo questionada pelo Ministério Público (MP-RJ) e por funcionários e órgãos internos da empresa. Os cargos são de livre nomeação pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação (MCTIC), e foram preenchidos por indicação política em troca do apoio de dois deputados da bancada federal do Rio. No último dia 16, o Conselho de Administração da Nuclep nomeou Siciliano Francisco, ex-funcionário da Eletrobras, para o cargo de presidente, com posse marcada para amanhã. Segundo funcionários da Nuclep, ele é apadrinhado pelo deputado federal Alexandre Valle (PR).

Seu nome, porém, recebeu veto da Comissão de Elegibilidade da Nuclep — o parecer do órgão interno afirma que ele não tem “reputação ilibada”, como exige a Lei das Estatais, por ser réu em mais de 40 ações na Justiça, boa parte delas ações trabalhistas já transitadas em julgado, com condenação. Com base nisso, o MP entrou com ação na Justiça e espera a decisão da 2ª Vara Cível de Itaguaí, que já deferiu liminar, mantida em segunda instância, obrigando a Nuclep a seguir os critérios descritos na Lei das Estatais para escolha do presidente. A reunião do Conselho de Administração que indicou o novo presidente, a despeito do parecer da comissão de elegibilidade, também nomeou Luzenildes Almeida como novo diretor administrativo, área que comanda as finanças da empresa.

Ele é uma indicação do deputado Júlio Lopes (PP). A reunião é questionada pelo MP e por funcionários da Nuclep por só ter atingido o quorum mínimo (quatro dos seis conselheiros) porque um deles votou por procuração, o que não seria permitido pelas normas internas da estatal. Outra ilegalidade reclamada pela comunidade nuclear é a duplicidade de funções, com conflito de interesses, na área de regulação do setor. Nomeado presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, órgão federal regulador do setor, Paulo Roberto Pertusi é membro, simultaneamente, do Conselho de Administração da Nuclep, estatal da área, o que fere a Lei das Estatais.

“ÓRGÃO OPINATIVO”

O MCTIC afirmou que o comitê de elegibilidade, uma exigência da Lei das Estatais, é apenas “um órgão auxiliar opinativo” e que considera Siciliano Francisco apto para a função. Perguntado sobre o fato de as nomeações terem sido frutos de indicações políticas, o ministério respondeu apenas que, pela lei, tem a prerrogativa de indicar os administradores das empresas sob sua supervisão. A pasta nega ainda a falta de quorum na reunião do conselho. Sobre o fato de ter indicado para presidir o órgão regulador do setor um integrante do Conselho da Nuclep, o ministério afirma que Paulo Pertusi será retirado do Conselho de Administração da Nuclep, ainda que o órgão considere que as

funções “não são incompatíveis”. O deputado Alexandre Valle disse que “não comenta” indicações do Executivo, enquanto Júlio Lopes não respondeu. A reportagem não conseguiu contato com Siciliano Francisco.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes

Título: Pré-sal pode render R\$ 600 bi à União

Projeção inicial era de que ganho do governo seria de R\$ 400 bi até 2054; arrecadação vem, principalmente, do repasse de parte da produção

O governo elevou a estimativa de arrecadação com o leilão de pré-sal realizado na última sexta-feira. As projeções passaram de R\$ 400 bilhões para R\$ 600 bilhões em royalties, imposto de renda e, principalmente, na parcela da produção de óleo que será repassada pelas empresas à União.

A nova estimativa leva em conta os ágios superiores a 200% no volume de óleo que será destinado à União. “Teve gente dizendo que o leilão não arrecadou o previsto porque só se olhou o bônus de assinatura. Mas a arrecadação total mostra que (o retorno) será avassaladoramente superior.

(O leilão) foi um sucesso mais que estrondoso”, afirmou o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, após participar de evento da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O bônus de assinatura é uma espécie de pedágio pago à União pelo direito de explorar e produzir petróleo e gás nas bacias brasileiras.

A afirmação de que o resultado do leilão ficou abaixo da expectativa partiu do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Na sexta-feira, ele avaliou que “existem leilões que dão um resultado um pouquinho melhor e outros que dão um resultado pior” e que o desempenho das rodadas de pré-sal ficou “R\$ 1 bilhão abaixo do esperado”.

Em sua avaliação, Meirelles considerou o bônus de assinatura pago pelas empresas petroleiras – o total seria de R\$ 7,75 bilhões se as oito áreas oferecidas tivessem sido vendidas, mas o valor ficou em R\$ 6,15 bilhões, porque não houve interessados em duas áreas.

Nos leilões de pré-sal – que seguem o modelo de partilha de produção –, o critério de definição do vencedor, no entanto, não é o pagamento imediato do bônus, definido previamente em edital, mas o compromisso de repasse da maior parcela de lucro para a União.

Segundo a ANP, os R\$ 600 bilhões que vão ser arrecadados nas seis áreas leiloadas começarão a entrar no caixa do governo a partir do início da produção, o que deve acontecer no prazo de cinco a sete anos. Na prática, significa que os ganhos aparecerão a partir de 2022 e vão durar até 2054.

Modelos.

Se o leilão seguisse os mesmos critérios usados para vender pós-sal, os ganhos para o governo seriam praticamente imediatos, porém, seriam menores no longo prazo. Com a área de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos, por exemplo, o governo arrecadou R\$ 15 bilhões em bônus de assinatura.

Mas, para o **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, o modelo de partilha da produção, adotado no último leilão “se mostrou bastante proveitoso e exitoso”. Ainda assim, ele afirma que um amplo debate acontecerá no Congresso para avaliar se esse é realmente o melhor modelo a ser adotado para o pré-sal.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / Lucina Collet

Título: Conta de luz deve ficar mais cara com térmicas

Com a falta de chuva nos lagos das hidrelétricas, governo já está recorrendo às usinas mais caras e poluentes.

Em período de seca nos reservatórios hidrelétricos, os sinais são de que o consumidor vai pagar ainda mais pela eletricidade. O Operador Nacional do Sistema Elétrica (ONS) já recorre às térmicas, mais caras e poluentes, para garantir o abastecimento. Em breve, porém, a situação deve ficar mais crítica. O governo admite contrariar o critério “preço” na hora de definir a usina a ser acionada e avalia contratar termoelétricas que hoje estão paradas por terem custo muito superior ao da média.

“Temos preocupação com a situação. Agora, começamos a ter sinais de que alguma chuva pode vir. Mas já alertamos há um tempo de possível impacto nas tarifas ao consumidor”, afirmou o **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, antes de participar de almoço com empresários dos setores de eletricidade e petróleo, na Fundação Getulio Vargas (FGV), no Rio.

Responsável por definir as usinas contratadas diariamente, o ONS acionou ontem a UTE Flores, localizada na Região Norte do País, a térmica mais cara despachada no dia, com o megawatt-hora (MWh) a R\$ 808,99. Ela só foi

convocada a participar da carga porque está produzindo a um valor menor do que o limite definido para a semana, de R\$ 823,16 por MWh.

Em breve, no entanto, esse tipo de avaliação, de preço, não vai mais ser feita e a ordem prioritária a ser seguida será a de economizar a água dos reservatórios. De olho no funcionamento das térmicas, o governo conversa com a Petrobrás, fornecedora do combustível. Três usinas estão com problema de acesso ao gás natural, entre elas a Térmica Cuiabá, do grupo J&F, dos empresários Wesley e Joesley Batista, investigados na Operação Lava Jato, da Polícia Federal.

A decisão de acessar o conjunto de térmicas mais caras é do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), que, nesse período de crise, passou a se reunir semanalmente. O próximo encontro acontecerá amanhã.

Bandeira.

Na semana passada, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou que a conta de luz vai aumentar em novembro. A bandeira vermelha patamar 2, cobrada nos períodos mais críticos de geração de energia, foi reajustada em 42,8%. Com isso, a tarifa extra para cada 100 kilowatts-hora consumidos passou de R\$ 3,50 para R\$ 5.

Ao optar por ignorar o critério “preço” na hora de decidir quais usinas vão contribuir com o sistema elétrico e por recorrer às termoeletricas mais caras e poluentes, o governo abre espaço para que a conta de luz suba ainda mais nos meses de reajuste tarifário de cada distribuidora. Uma vez por ano, as empresas repassam para o consumidor o aumento de custos acumulado nos últimos 12 meses.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Aline Bronzati / Cynthia Decloedt / Fernanda Guimarães

Título: Notas

Por dívida, bancos querem balanços da CSN auditados

Com uma dívida de R\$ 30 bilhões no fim de setembro, a CSN terá de terminar de colocar em dia seus demonstrativos financeiros para poder sentar com os bancos credores para alongar seus vencimentos. A empresa, presidida por Benjamin Steinbruch, divulgou os balanços auditados do exercício de 2016, mas ainda está em falta com os números de 2017 – os dados deste ano conhecidos ontem não tiveram auditoria. Até o momento, os credores não receberam previsão de quando essa divulgação ocorrerá. Mesmo com todos os resultados

devidamente auditados, uma negociação da dívida exigirá, como é de praxe, reforço em garantias.

» **Chegando.**

A CSN tem vencimentos importantes se aproximando. Conforme o demonstrativo financeiro de 2016, o último auditado, para o quarto trimestre deste ano está prevista a amortização de R\$ 1,1 bilhão. Para 2018 são esperados pagamentos de R\$ 7,7 bilhões. A Deloitte, auditor da CSN, destaca, em carta anexada ao balanço, que para este ano a administração “permanece engajada com o plano de alongamento do prazo do seu endividamento, principalmente de curto prazo, estimando a repactuação de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 1,5 bilhão”.

» **Será?.**

A administração da CSN ainda busca a venda de ativos não estratégicos, conforme o seu auditor. No mercado, porém, comentase que a companhia deixou de lado seu programa de desinvestimentos. Procurada, a CSN não comentou.

» **Mais uma.**

A Refinaria Manguinhos, em recuperação judicial, perdeu mais uma disputa na Justiça. Dessa vez, os desembargadores negaram recurso da empresa contra o processo administrativo de cassação da inscrição estadual da companhia que corre no Estado de São Paulo. As dívidas da Manguinhos com o Estado chegam a R\$ 1,77 bilhão, fruto de “inadimplência tributária sistêmica e fraudulenta”, conforme o documento. A decisão destaca que a refinaria não está impedida de comercializar para estabelecimentos localizados em São Paulo, mas que precisa pagar o ICMS.

» **Outro lado.**

Procurada, a Refinaria Manguinhos afirma que “a origem do suposto débito, que serviu de embasamento para o pedido de cassação da inscrição, está integralmente baseada em pedidos de compensação da dívida da empresa com dívidas que o estado detém em razão de decisões judiciais, os precatórios”.

» **Pero no mucho.**

De longe, a calma parece estar instaurada na Usiminas, mas seus sócios, a Nippon Steel e o grupo Ternium/Techint, seguem com suas disputas. O diretor da unidade de Ipatinga (MG) da Usiminas, Roberto Maia, teria sua permanência defendida pela Nippon, mas não recebe o mesmo apoio da Ternium. Maia é

nome próximo ao expresidente da siderúrgica mineira, Rômelo de Souza, executivo que era ligado à Nippon. Procurada, a Usiminas disse que não poderia comentar por considerar o “processo de Gestão de Pessoas um tema estritamente interno”. Ternium e Nippon também não comentaram.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Caderno 2 / colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Direto da Fonte

Meia blindagem

Passou algo despercebida a aprovação, pelo conselho de administração da Petrobrás, semana passada, do pedido de adesão da estatal à Listagem Nível 2 de governança corporativa da B3. Segundo fonte próxima à petroleira, este passo significa uma “blindagem” da Petrobrás a influências externas. “É o máximo que a estatal consegue, sem violar a Lei do Petróleo. Entrar no Novo Mercado, como seria desejável, ainda não é possível.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Contratos de iluminação no Brasil renderão R\$ 9,2 bilhões

As PPPs (parcerias público-privadas) de iluminação em cidades brasileiras devem movimentar R\$ 9,2 bilhões ao ano, segundo o Radar PPP. Cerca de R\$ 200 milhões desse total já foram negociados.

O número foi auferido com base na arrecadação da Cosip (contribuição social para o custeio da iluminação pública) que vem nas faturas de energia elétrica e que passou a vigorar em 2015.

O estudo foi desenvolvido pela primeira vez em abril e depois revisto em outubro, porque os valores da Cosip têm sofrido alterações.

"Passamos por um momento de ajustes dessa contribuição, e poderemos rever novamente o tamanho do mercado", diz Guilherme Naves, sócio da consultoria.

A taxa, no entanto, foi só uma referência, pois o modelo de PPPs não será adotado por todas as cidades -nas pequenas, por exemplo, dificilmente haverá empresas que se interessarão por um contrato como esse.

Foram publicados 106 projetos de iluminação pública por PPPs até 2016, dos mais de 5,5 mil municípios.

As empresas que já trabalham com energia e distribuição são candidatas a ficar com parte dos contratos a serem lançados, mas novos concorrentes devem disputar espaço, segundo Naves.

"Entre os competidores que entrarão neste mercado estão as construtoras, que até agora estavam longe."

A consultoria fez o estudo por encomenda da multinacional de energia Engie, que pretende atuar nesse nicho.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO

Título: Governo eleva para R\$ 600 bi previsão de arrecadação com leilões de pré-sal

Os ágios oferecidos nos leilões do pré-sal de sexta (27) vão garantir ao governo federal uma arrecadação adicional de R\$ 200 bilhões durante a vida útil dos projetos.

A conta, feita pela ANP (Agência Nacional do Petróleo), considera o volume adicional de petróleo que será entregue à União pelos consórcios vencedores.

Antes dos leilões, a expectativa da agência era que a arrecadação com royalties, impostos e petróleo das áreas oferecidas nos leilões poderia chegar a R\$ 400 bilhões em 30 anos. Nesta segunda (30), considerando os altos ágios, a agência fez um novo cálculo, chegando a R\$ 600 bilhões.

Na sexta, a ANP vendeu seis áreas do pré-sal em leilão considerado bem-sucedido por analistas do mercado financeiro. A arrecadação imediata é de R\$ 6,15 bilhões, 20% a menos do que os R\$ 7,75 bilhões previstos inicialmente. Os recursos serão depositados ainda neste ano, ajudando o governo a reduzir o deficit fiscal de 2017.

Nos leilões do pré-sal, vencem as empresas que se comprometem a entregar a maior parcela da produção à União, depois de descontados os custos. Na disputa de sexta, os ágios médios foram superiores a 200%, impulsionados pelos altos valores oferecidos por consórcios liderados pela Petrobras.

Em uma das disputas, para a área Norte de Sapinhoá, o consórcio liderado pela estatal ofereceu entregar ao governo 80% do petróleo, ágio de 673,69% em relação ao percentual mínimo estabelecido no edital, de 10,34%.

Em entrevista nesta segunda (30), o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, reforçou que os ágios ficaram além das expectativas e, por isso, pediu à sua equipe novo cálculo sobre a arrecadação.

Ele ressaltou, porém, que a projeção está sujeita a riscos -por exemplo, a possibilidade de produção abaixo do esperado.

O petróleo só começará a ser entregue ao governo em, no mínimo, cinco anos, quando os campos licitados na sexta entrarem em operação. A arrecadação adicional em petróleo beneficia apenas o governo federal, já que nesse caso não há divisão dos ganhos com Estados e municípios.

Para analistas de bancos, o resultado dos leilões confirmou o interesse das gigantes mundiais do setor no pré-sal brasileiro, principalmente após as mudanças regulatórias promovidas pelo governo no último ano.

"A maioria dos blocos vendidos teve mais de uma proposta", destacou, em relatório, o analista do Santander Christian Audi, lembrando que as principais petroleiras -Exxon, Shell, Statoil, Total e BP-, além de empresas chinesas, participaram com sucesso das disputas.

Para André Natal e Regis Cardoso, do Credit Suisse, os resultados "inspiram grandes expectativas para os leilões agendados para 2018". O governo espera realizar a quarta rodada de licitações do pré-sal no primeiro semestre, com a oferta de sete novas áreas.

Nesta segunda, **o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, disse que o governo fará uma "reflexão" sobre os preços mínimos das áreas, considerados baixos por alguns analistas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona Rio

Título: Governo analisa usar térmicas mais caras para enfrentar crise energética

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, admitiu nesta segunda

(30) que o uso de térmicas mais caras para poupar água nos reservatórios das hidrelétricas "está sendo cogitado".

O governo vem relutando em adotar o modelo de despacho fora da ordem de mérito –o que permite ao ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) mandar ligar térmicas do topo da lista de preços– para evitar novos aumentos na conta de luz.

A situação dos reservatórios, porém, é considerada preocupante, diante da falta de chuvas. Para monitorar mais de perto a questão, o CMSE (Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico) está realizando reuniões semanais.

"Está sendo cogitado, mas ainda não está decidido", disse Coelho Filho. Ele disse, porém, que "tem sinais de que alguma chuva pode vir", o que pode influir na decisão.

Devido ao baixo nível dos reservatórios, o governo já vem acionando térmicas a gás natural, com reflexos nas tarifas: este mês, a tarifa nível 2 da bandeira vermelha cobrada na conta de luz subiu de R\$ 3,50 para R\$ 5 por cada 100 quilowatts-hora consumidos.

O ministro disse ainda que o governo negocia para encontrar gás para três térmicas que estão paradas por falta de combustível. Uma delas é do grupo J&F e teve o fornecimento cortado pela Petrobras após a delação premiada dos controladores da JBS.

Segundo ele, há discussões entre as partes envolvidas para a busca de uma solução. "Essas térmicas são muito importantes para o sistema", afirmou Coelho Filho.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: MARIANA CARNEIRO DE BRASÍLIA

Título: Governo amplia em R\$ 14,5 bilhões receitas previstas em 2018

O governo espera contar com R\$ 14,5 bilhões a mais em receitas em 2018.

Além das medidas envolvendo os servidores (adiamento do reajuste de servidores para 2019 e o aumento da alíquota previdenciária de 11% para 14%), o governo prevê restabelecer a cobrança de impostos sobre a folha de pagamentos e também a taxação sobre fundos de investimentos exclusivos fechados.

Na nova programa orçamentária apresentada nesta segunda-feira (30), o Ministério do Planejamento reduziu a estimativa de receita com concessões em apenas R\$ 600 milhões, de R\$ 19,5 bilhões para R\$ 18,9 bilhões, apesar da retirada do aeroporto de Congonhas da lista de privatizações no ano que vem.

O governo ampliou de R\$ 7,7 bilhões para R\$ 12,2 bilhões os ganhos com a privatização da Eletrobras.

As medidas geradoras de receita estão sendo computadas no Orçamento após o governo bater o martelo sobre a edição de medidas provisórias com as providências. Até a semana passada, o governo ainda negociava se enviaria as propostas por meio de projeto de lei ou por MP, o que poderia atrasar a vigência das iniciativas.

"O presidente assinou as medidas provisórias nesta tarde e com isso será enviada mensagem modificativa ao Congresso", afirmou o ministro Dyogo Oliveira.

O governo também ampliou os gastos previstos para 2018 em R\$ 44,5 bilhões. O rombo orçamentário, estimado em R\$ 159 bilhões, só não será maior devido à projeção de receita mais elevada.

O Ministério do Planejamento elevou em R\$ 47,6 bilhões as despesas discricionárias – sem regras de desembolso ou correção – que estavam excessivamente reduzidas na versão original.

Em agosto, o Planejamento havia fixado essa estimativa de despesas para R\$ 200,220 bilhões – valor inferior ao previsto para este ano (R\$ 245,7 bilhões).

Sem a certeza sobre as receitas obtidas com as medidas provisórias, o Planejamento enviara ao Congresso o Orçamento com a meta de deficit de R\$ 129 bilhões, o que está sendo corrigido neste momento.

O governo manteve a previsão de crescimento em 2% em 2018, embora projeções do setor privado já indiquem uma taxa mais elevada.

O salário mínimo foi corrigido levemente para baixo, de R\$ 969 para R\$ 965, em razão do decréscimo da inflação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito e Cláudia Schüffner | Do Rio

Título: Produção nas áreas do pré-sal deverá render à União R\$ 600 bi em 30 anos

A arrecadação futura do governo com a produção nas seis áreas do pré-sal leiloadas na semana passada alcançará cerca de R\$ 600 bilhões, ao longo de 30 anos após o início de produção nesses campos, de acordo com estimativas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A cifra é 50% superior à projeção inicial da autarquia. A arrecadação futura inclui a parcela de petróleo que cabe à União, o pagamento de royalties e de Imposto de Renda, entre outros tributos.

"Mantidas as mesmas condições que tínhamos estimado anteriormente, com as alíquotas [de óleo lucro destinado à União] ofertadas no leilão [segundo e terceiro leilões do pré-sal], o resultado é R\$ 200 bilhões a mais, ao longo de 30 anos depois do início de produção dos campos. Dá uma média de R\$ 7 bilhões por ano adicionais", disse ontem o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, em seminário da Fundação Getulio Vargas (FGV), no Rio.

Para Maxime Rabilloud, diretor-geral da Total E&P do Brasil, que arrematou uma área em parceria com a Shell, o "government take" - montante que o Estado se apropria da renda gerada com a produção de petróleo e gás de determinado campo - dos leilões de sexta-feira é próximo ao obtido em campos gigantes do Oriente Médio.

Questionado sobre se o resultado expressivo dos leilões do pré-sal, com arrecadação acima das expectativas do governo, pode influenciar negativamente sobre a proposta do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), de acabar com o regime de partilha da produção, o **ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, disse que o ambiente de negócios sempre pode ser melhorado. "Mas ainda estamos bem distantes de uma mudança de regra. "

Segundo o secretário-executivo da pasta, Márcio Félix, o resultado dos leilões de sexta-feira levou a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) a solicitar um encontro com o ministro no Brasil. Ele explicou que, apesar de convites insistentes do cartel para que o Brasil integre o grupo, o governo brasileiro não deverá aderir à organização.

"O governo brasileiro não tem nenhum poder de limitar a produção, como os países da Opep fazem", disse Félix. "Vamos dialogar certamente com eles. Nossa posição é de respeito, mas de não aderir a nenhum mecanismo de cota."

Com relação à cessão onerosa, a ANP deve divulgar esta semana as estimativas revisadas do volume de óleo e gás previstos na área da cessão onerosa. "Nós vamos divulgar proximamente a estimativa da ANP, que foi revisada pela consultoria contratada para avaliar a cessão onerosa, da quantidade de petróleo

existente na área da cessão onerosa, incluindo os 5 bilhões [de barris de óleo equivalente] que a Petrobras contratou mais o excedente", disse Oddone.

A análise do potencial é importante para o processo de renegociação do contrato entre a estatal e o governo. "Temos que equacionar a cessão onerosa. [...] É uma cifra bastante significativa que precisamos equacionar. Precisamos de muita convergência para fechar isso [negociação da cessão onerosa com a Petrobras] e transformar [os recursos] em riqueza", disse Félix.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito e Cláudia Schüffner | Do Rio

Título: Governo estuda acionar termelétricas mais caras

Com o agravamento da situação do sistema elétrico brasileiro, devido à queda do nível dos reservatórios pela escassez de chuvas, o governo estuda a possibilidade de acionar termelétricas fora da ordem de mérito. Na prática, a medida prevê a partida de térmicas mais caras, movidas a óleo combustível e diesel, mesmo se não houver sinalização econômica para isso. Nesse caso, elas serão acionadas por critérios de segurança do abastecimento. A tendência, com isso, é um aumento do custo de energia para o consumidor.

"O despacho de termelétricas fora da ordem de mérito está sendo cogitado, não decidido. Temos, sim, de fato, uma preocupação com a situação. Agora começa a ter sinais de alguma chuva que pode começar a vir", afirmou **o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, a jornalistas, antes de participar de almoço com executivos e representantes dos setores de petróleo e energia, na Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio.

Questionado sobre se a decisão de acionar as térmicas fora da ordem de mérito pode ser tomada amanhã, na reunião extraordinária do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), o ministro disse não saber. "A gente vai discutir". Coelho Filho reafirmou que não há risco "mais severo" de desabastecimento, mas que pode haver, como já está ocorrendo, impacto nas tarifas de energia.

Questionado sobre as tratativas com a Petrobras para o fornecimento, pela estatal, de gás para térmicas que não estão operando por não ter contrato de suprimento do combustível, o ministro disse que o secretário-executivo do ministério, Paulo Pedrosa, está conversando com o diretor de gás e refino da Petrobras, Celestino Ramos, "para poder viabilizar [o gás]" para três térmicas.

O ministro disse ainda que espera a melhora das condições de saúde do presidente Michel Temer para dar continuidade à privatização do controle da Eletrobras. O objetivo é apresentar esta semana a Temer o texto da modelagem da desestatização da companhia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

Título: Aneel analisa novo socorro de R\$ 1 bi a distribuidoras

Uma semana após aprovar mudanças na metodologia e nos valores dos patamares das bandeiras tarifárias, a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) vai analisar, em reunião hoje, novo pedido de socorro às distribuidoras. Na pauta, estão a liberação de recursos da ordem de R\$ 1 bilhão da Conta de Energia de Reserva (Coner), encargo criado para remunerar projetos contratados em leilões de energia de reserva e que está superavitário, e o adiamento, do início para o fim do mês, da liquidação mensal do mercado de curto prazo.

Caso a Aneel acate o pedido das distribuidoras, o depósito das garantias financeiras das empresas relativas à liquidação das operações do mercado de curto prazo de setembro, prevista para esta semana, ficará para o fim de novembro.

Em carta entregue à agência em meados de outubro, na qual incluiu os pedidos, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) destacou que "o agravamento dos custos com o risco hidrológico poderá resultar em R\$ 6 bilhões de déficit na conta bandeira até dezembro desse ano e, assim, inviabilizar a adimplência do segmento de distribuição no mercado de curto prazo".

O pleito das distribuidoras, contudo, não é consenso no setor. Em carta enviada à Aneel na última semana, a Associação Brasileira de Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel) disse ser contrária à alteração das datas de liquidação do mercado de curto prazo. A entidade lembrou que qualquer mudança tem que ser discutida previamente em audiência pública.

Ao **Valor**, o presidente da Abraceel, Reginaldo Medeiros, disse também ser contrário ao uso dos recursos da Coner para aliviar a pressão no caixa das distribuidoras. "A princípio [a Coner] não dever ser utilizada apenas para socorrer o caixa das distribuidoras".

Procurada, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) disse ser contrária a postergação das liquidações de novembro e de dezembro, pelo motivo de que o adiamento afetaria outros agentes não envolvidos com o pedido da Abradee.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Raymundo Costa

Título: A superreforma do ministério

Apesar das pressões em sentido contrário, o presidente Michel Temer só pensa em mudar o governo no início de abril, quando 20 ou mais ministros e dirigentes de estatais devem deixar seus cargos para disputar as eleições de outubro de 2018. Atualmente, são 17 os ministros pré-candidatos a algum cargo eletivo, mas a conta não considera os ministros Henrique Meirelles (Fazenda), já lançado à Presidência pela bancada do PSD na Câmara dos Deputados, e dois outros homens-chaves do governo - Eliseu Padilha, ministro da Casa Civil, e Moreira Franco, titular da Secretaria de Governo, que devem sobreviver à grande dança das cadeiras.

Chefe de um governo impopular, Temer conta com a grande mudança ministerial de abril como um trunfo a seu favor em 2018. Se 17 ministros saírem, são outros 17 que entram. Com a sucessão aberta em praticamente todos os Estados, inclusive nos maiores colégios eleitorais do país, nos quais até agora não despontaram favoritos, o governo federal tem possibilidades nas articulações de bastidor para a composição das alianças. Esse é um terreno em que Michel Temer, Eliseu Padilha e Moreira Franco sabem como poucos se movimentar.

Se recuperação econômica criar um ambiente mais favorável ao presidente - no momento quem cabala votos quer mais é distância - o Palácio do Planalto vai tentar organizar uma candidatura da situação. Por enquanto, mede as próprias forças. A curto prazo, o desafio é manter sob controle as demandas dos aliados que ajudaram o presidente e os dois ministros a salvarem seus pescoços e agora querem uma retribuição à altura no governo. Nos cargos com poder de multiplicação eleitoral e na pauta de votações do Congresso. Um bom teste deve ocorrer na votação de vetos prevista para a noite desta quarta-feira, com destaque para o projeto da convalidação dos incentivos fiscais.

Meirelles pode sair mas Ilan e Dyogo ficam no governo

A votação da segunda denúncia acabou com qualquer dúvida que pudesse restar sobre os problemas de relacionamento entre o presidente da Câmara,

Rodrigo Maia (DEM-RJ) e Michel Temer. Cada vez mais Rodrigo aponta dificuldades que Temer teria para aprovar medidas importantes no Congresso sem o seu auxílio, sobretudo a reforma da Previdência. Temer gostaria de acelerar a tramitação da proposta; Rodrigo, que é um defensor da reforma, remancheia de olho no seu eleitorado do Centrão, onde a proximidade das eleições arrefeceu o ânimo reformista. Por isso Maia quer retardar ou ditar o ritmo da emenda da Previdência. Temer dificilmente aceitará a tutela do presidente da Câmara.

Haverá um outro governo a partir de abril, montado já a partir dos interesses de Michel Temer na sucessão presidencial. Pelo cenário atual, Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria de Governo), homens-chaves do mandato Temer, ficam no ministério. A pergunta é se aguardam a eleição nos mesmos postos ou trocam de pasta, visto que dificilmente ambos ficarão expostos à caça do Ministério Público Federal. A composição em torno da candidatura mais próxima ou apoiada pelo governo é que dará a resposta. Outro homem-chave é Henrique Meirelles.

O ministro da Fazenda não é o pré-candidato do peito do presidente. Mas as candidaturas dos partidos aliados, segundo as pesquisas, somadas não chegam a 15%, no melhor cenário. Do centro para a direita só Jair Bolsonaro se destaca. Isso permite a Meirelles se colocar como o candidato da recuperação econômica, se forem confirmadas as projeções de retomada do crescimento para 2018. Na equipe econômica ficam Ilan Goldfajn, atual presidente do Banco Central, e o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira. Os presidentes do BNDES, Paulo Rabello de Castro, e da Caixa Econômica Federal, Gilberto Occhi, estão na planilha na célula de possíveis candidatos. Nada certo.

A mudança de abril terá impacto nas articulações para alianças nos principais Estados, a começar por São Paulo, o maior colégio eleitoral do país, onde a sucessão de Geraldo Alckmin no Palácio dos Bandeirantes está aberta. A única coisa certa é que o vice-governador Márcio França (PSB), titular do cargo a partir de abril, será candidato à reeleição com ou sem o apoio de Alckmin. Do governo Temer devem disputar a eleição dois ministros: Aloysio Nunes Ferreira (Relações Exteriores), provavelmente candidato à reeleição ao Senado, e Gilberto Kassab (Ciência e Tecnologia), cujo leque de possibilidades vai de uma candidatura a deputado federal, passando pela de vice-governador, até governador de São Paulo.

Do Rio de Janeiro deve sair o ministro da Indústria e Comércio, Marcos Pereira, candidato a uma vaga na Câmara ou no Senado, e o deputado Leonardo Picciani (Esportes), candidato à reeleição. No PMDB a candidatura de Eduardo Paes ao governo é dada como certa, visto que o ex-prefeito não foi atingido de morte pela sucessão de escândalos que envolveu a política da antiga capital. Um

problema que vai exigir a habilidade de Michel Temer, pois a vaga também é cobiçada pelo vereador César Maia (DEM), pai de Rodrigo, o presidente da Câmara.

A sucessão também está aberta em Minas Gerais, onde o senador Aécio Neves, um dos mais fieis aliados do presidente no PSDB, encontra dificuldades para se reeleger, sobretudo depois que foi envolvido na delação premiada da J&F. Mais um enrosco: a eleição de Pernambuco, que deve contar com a participação de três ministros de Temer: Bruno Araujo (PSDB), de Cidades, e Raul Jungmann (PPS), da Defesa, para deputado e **Fernando Coelho Filho (Minas e Energia)** a governador do Estado.

A eleição da Bahia, o quarto maior colégio eleitoral do país, apresenta contornos mais claros: Antonio Imbassahy, cuja cabeça já está a prêmio no Centrão, será candidato ao Senado ou à Câmara. O governador Rui Costa faz um governo bem avaliado e dá a largada como um dos poucos candidatos favoritos do PT, muito embora o prefeito de Salvador, ACM Neto seja a principal aposta do DEM para 2018. O apoio do governo federal pode dar o empurrão que Neto precisa para brilhar onde mais reluz a estrela do PT.

Raymundo Costa é repórter especial de Política, em Brasília. Escreve às terças-feiras

E-mail: raymundo.costa@valor.com.br

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes, Graziella Valenti e Cláudia Safatle | De São Paulo e Brasília

Título: LyondellBasell fala em aquisição e reacende interesse pela Braskem

A aproximação entre a LyondellBasell, terceira maior produtora mundial de resinas, e a Braskem ganhou novos contornos desde sexta-feira, quando a multinacional holandesa com forte base produtiva nos Estados Unidos informou, durante teleconferência, que avalia aquisições, sem dar maiores detalhes. Ontem, o respeitado analista Hassan Ahmed, da Alembic Global Advisors, escreveu que a Braskem é o ativo que mais se encaixa nessa estratégia. Na sequência, o jornal americano "The Wall Street Journal" divulgou informação de que a Lyondell teria pronta oferta de US\$ 10 bilhões pela brasileira, abaixo de seu valor de mercado (em torno de US\$ 11,4 bilhões)

O **Valor** apurou que não há, neste momento, uma proposta formal de compra ou fusão. Mas há meses a companhia estrangeira indicou aos acionistas controladores seu interesse no ativo

O efeito da notícia da oferta, replicada por várias agências de notícias, foi uma corrida pela ações da Braskem, controlada pela Odebrecht e a Petrobras. As negociações chegaram a ser suspensas na B3 e os papéis fecharam com ganho de 11,96%, a R\$ 53,25. É a maior cotação ajustada já alcançada pela companhia na bolsa paulista.

No Brasil, a companhia holandesa com produção nos EUA tem operação em Pindamonhangaba (SP)

Mas a conversa entre a LyondellBasell e a Odebrecht sobre a petroquímica brasileira não é nova. Meses antes de Odebrecht e Petrobras anunciarem a decisão de rever o acordo de acionistas da petroquímica - que na prática concede mais poderes ao grupo privado do que à estatal-, já havia um diálogo, ainda que não uma negociação efetiva, a respeito de uma possível combinação entre as companhias.

Na primeira aproximação, a LyondellBasell apontou à Odebrecht a possibilidade de fusão entre as empresas, dando origem a uma gigante do setor. Esse é justamente um dos modelos que poderiam ser explorados para destravar valor da Braskem e garantir à Petrobras o retorno esperado por sua fatia na companhia.

Em nota, a Odebrecht informou que "segue trabalhando em alternativas que agreguem valor à Braskem e a todos os seus acionistas" e reafirmou "a intenção de manter a Braskem como parte dos investimentos do grupo". A Braskem não comentou

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, disse ao **Valor** que não tem conhecimento oficial nem informal da existência de uma proposta de compra da Braskem. Qualquer oferta deve ser feita à Odebrecht, que detém 50,1% do capital da empresa. Só depois é que a Petrobras deve ser informada e, segundo Parente, ela ainda não foi. Ele salientou, porém, que o acordo de acionistas tem cláusula de "tag along" - que dá aos minoritários os mesmos direitos dos controladores. Assim, se confirmado o interesse da LyondellBasell de comprar 100% da Braskem, a Petrobras receberá o mesmo valor por ação que a holandesa for pagar para a Odebrecht. Ou seja, a estatal também se beneficia do prêmio de controle, embora seja proprietária de 47% do capital votante.

No modelo inicialmente aventado, a petroquímica brasileira seria absorvida pela LyondellBasell por meio de troca de ações, tornando Odebrecht e Petrobras acionistas relevantes, porém minoritários, da companhia resultante. A estatal brasileira ficaria livre para vender seus papéis e a Odebrecht poderia manter um pé no setor.

Ao mesmo tempo, a executivos da indústria brasileira, a LyondellBasell indicou que estava interessada em uma aquisição e já avaliava proposta pela Braskem - além da holandesa, outras multinacionais de óleo e gás e fundos de investimento também eram apontados como potenciais compradores da petroquímica, conforme publicado pelo **Valor** em 20 de julho.

O avanço das conversas com a Odebrecht sempre esbarrou na preocupação com o principal acionista da LyondellBasell, que tem histórico de problemas. O homem por trás da petroquímica com faturamento de US\$ 29,2 bilhões no ano passado, é o investidor bilionário Len Blavatnik, de 60 anos.

Nascido na Ucrânia, foi criado na Rússia e se transferiu para os Estados Unidos em 1978. Em 2007, liderou a compra da Lyondell Chemical, em uma operação de quase US\$ 20 bilhões em assunção de dívidas, e deu origem à LyondellBasell Industries (LBI) ao fundi-la com a Basell, do qual era dono.

Na época, a nova empresa tinha receita combinada de US\$ 43 bilhões e 60 fábricas em 19 países. Mas o elevado endividamento e a crise financeira de 2009 levaram-na à recuperação judicial. Ela se reestruturou, encolheu, saiu da recuperação judicial e Blavatnik foi processado por fraude por credores. Ele foi absolvido em abril.

Após a Operação Lava-Jato, o objetivo da Odebrecht é transmitir ao mercado, a fim de recuperar sua credibilidade, uma mensagem de preocupação com as boas práticas de governança. Foi justamente por conta dessas questões que o modelo para a pretendida saída da Petrobras do negócio avançou na direção de uma operação de mercado na bolsa de Nova York (Nyse), com a mudança da sede da companhia para os Estados Unidos.

Segundo uma fonte da indústria, a petroquímica europeia não está interessada em tornar-se mais uma acionista da Braskem, comprando a fatia de apenas um dos controladores. E apontou dois temas como relevantes numa eventual negociação: a garantia de fornecimento de nafta efetivamente no longo prazo com a Petrobras - o contrato em curso vale por apenas cinco anos - e medidas antidumping aplicadas contra as importações de PVC e polipropileno. No Brasil, a holandesa tem operação em Pindamonhangaba (SP).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Leilão em Santos

A Prodesan, empresa de economia mista controlada pela Prefeitura de Santos, suspendeu o leilão de dois terrenos marcado para hoje na B3. Os possíveis interessados não efetuaram o depósito garantidor dentro do prazo, que terminou ontem. Seriam leiloadas duas áreas - uma de 29,7 mil metros quadrados e outra de 11,7 mil metros quadrados. Juntas, estão avaliadas em R\$ 140 milhões. Venceria quem desse o maior ágio. O edital foi publicado em setembro. "A economia do Brasil está começando a reaquecer agora. Ainda há muita insegurança em novos investimentos. Acreditamos que na nova chamada para o leilão, o resultado será positivo", disse o presidente da Prodesan, Jeferson Novelli, em nota. Não há uma nova data para o certame. O maior dos terrenos fica no distrito industrial da Alemoa, distante 1 quilômetro do berço de atracação operado pela Petrobras no porto de Santos. A expectativa era que esse ativo despertasse o interesse de empresas ligadas ao negócio de logística, como armazéns e terminais retroportuários. O segundo terreno, no Jabaquara, tem perfil para receber empresas comerciais e conjuntos residenciais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: CSN Mineração teve premissas superavaliadas

Depois de quase um ano sem apresentar ao mercado um balanço auditado, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) publicou, durante o fim de semana, os resultados de 2016 com a anuência da Deloitte, seu auditor, e ontem complementou as informações com números não auditados até o terceiro trimestre deste ano.

Com o balanço, a expectativa é que a empresa consiga avançar no alongamento da dívida. Mas o documento publicado torna público vários pontos de descontro entre a auditoria e a administração da empresa, além de reverter processos duvidosos realizados na combinação de ativos entre Namisa e Casa de Pedra.

Segundo as notas explicativas do balanço anual, três ativos que foram excluídos da transação na CSN Mineração "transitaram" pela nova empresa antes de serem cindidos para a Mineração Nacional, subsidiária da CSN, "equivocadamente". São as minas de Fernandinho, Cayman e Pedras Pretas. Com isso, a área de mineração do grupo perde ganhos contabilizados na época, mas a controladora, na verdade, aumenta o saldo positivo.

Os ganhos da CSN Mineração no balanço da época foram de R\$ 2,89 bilhões líquidos, mas agora diminuiram para R\$ 2,19 bilhões. No caso da CSN, contudo, houve aumento, de R\$ 2,89 bilhões para R\$ 3,03 bilhões. Isso porque o preço de

compra considerado acabou ficando muito maior. Passou de R\$ 13,38 bilhões para R\$ 17,47 bilhões.

"A companhia identificou erros nas premissas utilizadas na determinação dos valores justos das entidades envolvidas, Namisa e CSN Mineração, bem como na contabilização da cláusula do acordo de investimento assinado em dezembro de 2014, que trata dos ativos da Namisa excluídos da transação", explica o texto. "Equivocadamente, eles integraram a base do acervo da Namisa integralizados na CSN Mineração para, em ato subsequente, serem transferidos da CSN Mineração para a Mineração Nacional S.A."

Os ajustes revelam que a empresa superavaliou premissas na hora de criar a CSN Mineração. As estimativas exageradas foram de frete marítimo, frete ferroviário, além de uma taxa de desconto que incluiu uma empresa "que não guardava relação com as atividades de minério de ferro".

No parecer do auditor, a Deloitte revelou que os assuntos mais significativos foram os impostos diferidos, o valor recuperável da Transnordestina, provisões para riscos judiciais e administrativos, o envolvimento da usina de aços longos na Operação Lava-Jato e a própria continuidade operacional do grupo.

Os temas foram classificados como principais assunto de auditoria (PPAs), uma maneira de as firmas demonstrarem quais as maiores dificuldades que tiveram para assinar as demonstrações. Em praticamente todos os casos, a auditoria cita o julgamento excessivo da administração da CSN como um ponto de preocupação.

Sobre o imposto de renda e contribuição social diferidos, a empresa retirou vendas de ativos não estratégicos da conta e considerou sucessivos prejuízos como evidência primária da avaliação. O imposto devido saltou de R\$ 188,6 milhões para R\$ 2,9 bilhões.

Os analistas aprovaram a divulgação, por se tratar de uma exigência dos bancos brasileiros para considerar uma rolagem da dívida. "Publicar as demonstrações financeiras anuais era muito importante por razões de 'covenants' [cláusulas restritivas de dívida]", acrescenta o J.P. Morgan, em relatório. "Resultados auditados são uma condição prévia para rolagem de dívida com os bancos locais", diz o BTG Pactual.

O balanço anual também traz uma baixa contábil de R\$ 388 milhões na Transnordestina, cuja construção é dividida entre a CSN e o governo federal, além de R\$ 131,9 milhões a menos de imposto diferido. A continuidade da construção dependeria de mais aportes, acrescenta.

Em 2016, os números auditados mostram prejuízo líquido de R\$ 853,1 milhões, 29,8% menor do que as perdas de 2015. A receita líquida subiu 12,4%, para R\$ 17,15 bilhões. Já o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) totalizou R\$ 3,22 bilhões, recuo de 47,8%. O indicador ajustado, que desconsidera outras despesas operacionais e a equivalência patrimonial, foi de R\$ 4,08 bilhão, alta de 25,3%.

O BTG classificou os números não auditados até o terceiro trimestre de um "caminho à normalidade". De janeiro a setembro, o prejuízo líquido foi de R\$ 266 milhões, uma diminuição de 66,7% frente às perdas do mesmo período do ano passado. A receita líquida avançou 7,1%, para R\$ 13,53 bilhões. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado registrou crescimento de 21,8% e atingiu R\$ 3,44 bilhões.

Os dados mostram que o endividamento da CSN está praticamente estável. Em setembro, a dívida líquida foi de R\$ 25,72 bilhões, ante R\$ 26,75 bilhões em junho e R\$ 25,48 bilhões em março. A alavancagem (dívida líquida/Ebitda) também parou de cair e fechou setembro em 5,5 vezes.

A CSN tem R\$ 6,57 bilhões em vencimentos de dívida a pagar em 2018 e 2019, mas um caixa de apenas R\$ 5,7 bilhões. A empresa está negociando uma rolagem com os bancos. Essa é a maior preocupação dos analistas. O BTG escreveu que teme uma lentidão ainda maior na venda de ativos, que ajudariam a equalizar a situação. "Por que não vendem a participação na Usiminas?", questiona.

No parecer do auditor, a Deloitte também afirma que a investigação forense contratada pela CSN para apurar irregularidades na unidade de aços longos foi outro tema sensível. Em abril, Marcelo Odebrecht disse em acordo de delação premiada que o caixa dois pago a Antonio Palocci e Paulo Skaf já havia sido "reembolsado" pela construção da fábrica. As doações teriam sido feitas a pedido de Benjamin Steinbruch, presidente e controlador da siderúrgica.

"Nada dos depoimentos referidos restou confirmado, inexistindo contingências decorrentes dos temas investigados", informou a siderúrgica no balanço.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti | De São Paulo

Título: Atraso no balanço da CSN serve de mote para Amec debater o assunto

A rotina de atrasos significativos na divulgação de balanços auditados por grandes companhias brasileiras tornou o tema relevante para a Associação de

Investidores no Mercado de Capitais (Amec). A organização quer abrir um debate para modificar as regras, especialmente as penas, ligadas a esse tema e encaminhou ontem sugestões à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e à Brasil Bolsa Balcão (B3).

Nos últimos anos, tornou-se quase comum que alguma empresa do Índice Bovespa - que reúne ações das companhias mais negociadas no país - submeta seus investidores a um "apagão" de balanços auditados.

Ontem, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) encerrou um período de nada menos do que dez meses de escuridão do mercado sobre as demonstrações financeiras de 2016, sete deles após o fim do prazo legal.

Antes dela, a Braskem havia atrasado a divulgação anual cancelada pelo auditor em cinco meses. No auge da Operação Lava-Jato, os acionistas da Petrobras ficaram sem saber a extensão da crise sobre os resultados também durante meses.

Agora, os minoritários da JBS são a bola da vez. Só os dados do primeiro trimestre passaram pela revisão do auditor independente. A empresa pretende voltar a apresentar as contas auditadas para o balanço anual de 2017 - ou seja, a situação só deve se normalizar no começo de 2018.

À xerife de mercado, a Amec propõe a revisão da Instrução 480, que trata do assunto. O objetivo é aumentar da multa diária, dos atuais R\$ 500, para R\$ 1.000 nos primeiros 30 dias e R\$ 5.000 após esse prazo. Além disso, a associação entende que a autarquia deve "determinar a responsabilização pessoal dos diretores" em caso de atrasos, imputando também a eles multa diária.

"Queremos começar esse debate e vamos buscar o diálogo", disse ao **Valor** o presidente da Amec, Mauro Rodrigues da Cunha. "É fato que o atraso das demonstrações contábeis, além de sonegar ao mercado a mais básica das informações para tomada de decisões, sugere a possibilidade de ocorrência de fatores graves dentro da companhia, de caráter contábil ou de controles internos, cujo conhecimento é essencial, e cujas responsabilidades devem ser prontamente averiguadas e, quando aplicável, punidas", justifica a associação na carta encaminhada à CVM e à B3.

Em caso de inadimplência superior a 30 dias, a Amec propõe que a regra da CVM exija também a publicação de relatório dos auditores independentes, "resumindo a visão sobre a não publicação, incluindo eventuais pontos de discordância com a administração".

"Sabemos que o pedido desse relatório é uma inovação. Mas faz parte da agenda de governança da contabilidade que temos discutido. Em última instância, os auditores independentes trabalham para os acionistas", disse Cunha, ao comentar a iniciativa.

Ele explicou que o objetivo é que haja mais "bom-senso" nas regras sobre o tema, do começo ao fim, tanto na CVM, como na B3.

Essencialmente, as sugestões ao regulador são que as multas incomodem, tanto as companhias como as pessoas físicas responsáveis. O valor atual da multa é considerado "totalmente imaterial" pela associação.

No caso da B3, as sugestões visam aprimorar as ferramentas de penalidades. Isso porque, segundo o presidente da Amec, praticamente não há sanção para um período de 90 dias. Contudo, após esse prazo, a bolsa pode até exigir a deslistagem da companhia mediante oferta pública para fechamento de capital. "A pena começa imaterial e, de repente, vira uma bomba atômica."

A ideia, portanto, é desenvolver uma gradação nas penas com o passar do tempo. Além disso, para os atrasos superiores a três meses, a Amec propõe a retirada da companhia do Índice Bovespa e de todas as demais carteiras da B3 em que a inadimplente possa constar.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Cláudia Schüffner | Do Rio

Título: PPSA quer licitar contratos de partilha em produção

A Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) planeja fazer uma licitação para venda direta da parcela de petróleo que cabe à União, nos contratos de partilha de produção já em vigor, assim que for aprovada Medida Provisória permitindo esse mecanismo. "Já estamos conversando com as operadoras candidatas a comprar o petróleo da União", disse o presidente da estatal Ibsen Flores Lima, acrescentando que a licitação será para escolher quem oferecer o maior preço.

"O que vai ser feito é um processo de cotação, uma licitação simplificada, no sentido de procurar quem dá o melhor preço para o petróleo da União em determinado prazo", explicou Lima, que participou ontem de uma apresentação na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan).

Segundo o executivo, algumas empresas já manifestaram interesse de comprar o óleo que cabe à União na partilha, citando entre elas a Petrobras, Repsol, Galp, Shell e as chinesas CNPC e CNOOC. Elas já são sócias da Petrobras em

áreas do pré-sal, entre elas os campos de Libra e Lula, que têm uma parte da produção destinada à partilha.

No caso de Lula, o primeiro gigante a entrar em produção, 0,5% da produção de 600 mil barris diários são reservados para a partilha. O fato das empresas citadas serem sócias vai facilitar uma questão logística, já que a comercializadora teria que ter despesas com armazenamento e transporte do petróleo. "Essas empresas que produzem aqui, qualquer uma delas, quando buscar sua carga de petróleo, se tiver comprado o [óleo] da União vai levar junto com o seu petróleo. A ideia é elas demonstrarem interesse porque vão agregar à sua produção uma produção adquirida [da PPSA]", explicou Lima.

Da forma como está previsto na lei de partilha, a comercializadora que vender o petróleo teria de aceitar que todo o processo de venda fosse monitorado pela PPSA, informando inclusive o preço final da venda. A própria Petrobras, que poderia ser contratada diretamente com dispensa de licitação, não manifestou interesse. Apesar de aguardar a MP que permitirá que faça a venda direta, a PPSA está preparando uma licitação para contratar uma trading internacional. Mais tarde, na saída de um almoço na Fundação Getúlio Vargas (FGV) o **ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, disse que a minuta da portaria que permitirá à PPSA atuar como comercializadora está na Casa Civil.

Ao comentar o resultado dos leilões, o diretor de gestão de contratos da PPSA, Hércules Tadeu Ferreira da Silva, observou que a venda de seis dos oito blocos oferecidos e a participação de empresas de petróleo como Shell, Exxon, BP e Statoil é uma resposta às dúvidas que se tinha sobre a aceitação da partilha por essas empresas. A PPSA já assinou quatro acordos de unitização em campos em produção no pré-sal. A estatal deve concluir outros cinco acordos e vê a possibilidade de avaliar outras seis áreas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: De São Paulo

Título: Etanol ganha competitividade

Os preços do etanol hidratado (usado diretamente nos tanques dos veículos) recuaram para os motoristas da maior parte do país na semana passada, o que reduziu sua desvantagem econômica em relação à gasolina. Segundo levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o hidratado ficou mais barato em 17 Estados no período encerrado no dia 28. Houve alta em nove e a pesquisa não foi realizada no Amapá.

O etanol continuou mais vantajoso do que a gasolina - abaixo de 70% do valor do "rival", segundo parâmetros mais aceito - em apenas quatro Estados. No Paraná, o preço médio do etanol voltou ao patamar de 70%. Em São Paulo, principal centro consumidor do país, o hidratado teve valorização de 0,68% nos postos na semana passada, para R\$ 2,506 o litro. Mesmo assim, o valor médio representou 68,2% do da gasolina. Em Minas, mesmo com alta de preços, o etanol passou a equivaler a 67,8% do valor da gasolina. Em Mato Grosso, a paridade ficou em 61,0%, e em Goiás, em 68,3%.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Seção:	Finanças
Autor:	
Título:	Agenda

Energia

FGV Energia promove, em parceria com a Câmara de Comércio Americana do Rio, o "VII Seminário sobre Matriz e Segurança Energética e o 13º Brazil Energy and Power". O evento conta com a presença do **ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, do diretor da ANP, Décio Oddone.

Data 31 de outubro

Horário às 18h

Local FGV. Praia de Botafogo, nº 186. Rio de Janeiro / RJ

Informações: "<http://fgvenergia.fgv.br/eventos>"

MME / ASCOM .